

Entrevista: Paris Yeros

4 O sr. tem uma trajetória muito particular e interessante. Poderia falar um pouco dela, para que nossos leitores que não o conhecem possam conhecê-lo?

Sai do meu país nativo, da Grécia, com 18 anos e fui estudar nos Estados Unidos, na Universidade de Denver. Na época, fim dos anos 80, existia um programa de Estudos Africanos na universidade que acolhia estudantes africanos, e especialmente militantes do movimento de libertação da África do Sul, que se exilavam nos EUA depois de períodos de encarceramento nas prisões do apartheid. Naquele ambiente era difícil não se inspirar nas experiências dos colegas de sala – e logo amigos próximos –, e de fato foi ali, com eles, que comecei a me interessar por política e pela possibilidade de estudar na África. Foi o meu primeiro momento de transformação intelectual. Em seguida, fui fazer doutorado na Universidade de Londres. Já era num momento pós-Guerra Fria e em pleno voo neoliberal. Naquela altura, a vida acadêmica e intelectual em Londres (como em tantos outros lugares) era bastante confusa. Segui um caminho intelectual mais ou menos solitário, porém intensivo em leituras dos mais diversos assuntos. Inclusive, resolvi caminhar na contramão das tendências dominantes por me juntar a um grupo de estudos dedicado ao *Capital* de Marx, sem ser marxista.

Mas a minha segunda transformação intelectual aconteceu bem depois, na virada do século, quando finalmente consegui financiamento para fazer a minha pesquisa de campo no Zimbábue, sobre as relações trabalhistas e agrárias do país na fase de ajuste estrutural neoliberal. Tive a sorte de ser orientado por alguns dos melhores pensadores do país e do continente, especialmente o Prof. Sam Moyo. Também, durante aquele ano e meio que passei na Universidade do Zimbábue, tive que dar conta de uma grande disputa histórica, uma verdadeira situação revolucionária, que estava se acirrando no país. Era um confronto entre o partido de libertação nacional, em vias de re-radicalização, e um novo partido de oposição de caráter neoliberal, ambos altamente mobilizados e preparados a lutar até as últimas consequências. O embate resultou em uma reforma agrária radical, que transformou o país pela raiz, e em uma colisão internacional que acabou submetendo o país a pesadas sanções econômicas e ameaças de intervenção militar. Aquela briga me transformou de vez, ensinando-me e obrigando-me a fazer análise social rigorosa e responsável, agora dentro do marxismo, mas fora e contra o marxismo

ocidental que, além do mais, já tinha fechado fileiras com a oposição e as investidas imperialistas. Em 2002, depois de defender a minha tese de doutorado, vim para o Brasil, a convite de um colega brasileiro de Londres que facilitou uma vaga de professor visitante na UFPR. Fiquei em Curitiba pouco tempo, mas consegui aprender português e eventualmente me mudei para Belo Horizonte, onde dei aula na PUC Minas por sete anos, antes de prestar concurso na UFABC.

5 Esta experiência no Zimbábue é muito interessante. Você poderia nós contar um pouco mais sobre ela e sua visão da história recente deste país. Em especial, sobre o processo de reforma agrária lá ocorrido. No Brasil, ele foi noticiado como uma espécie de “guerra de raças”.

Geralmente, e graças ao monopólio midiático em todo lugar, a reforma agrária no Zimbábue tem sido relatada para fins de justificar as sanções econômicas, não para explicar as causas da reforma agrária ou mostrar os seus resultados. Na verdade, foi um conflito em torno dos termos da descolonização de 1980 que, conforme as circunstâncias da época, cedeu poder político à maioria negra, sem compartilhar recursos econômicos. Seguiram-se vinte anos de “reconciliação”, uma reconciliação unilateral por parte do movimento de libertação diante do monopólio econômico dos colonos europeus, cuja base material e política se encontrava no controle da terra e de seus recursos naturais. Ao invés de os colonos aproveitarem da mão aberta do movimento e contribuírem a uma reforma agrária e a uma sociedade mais justa, apostaram na estratégia da reação política. Isso explica em grande parte a liberalização e financeirização da economia nos anos 90, a desindustrialização e o avanço do desemprego e da concentração fundiária no campo. Os colonos também se aliaram à política da desestabilização vinda do apartheid da África do Sul, nos anos 80, para inviabilizar a consolidação dos movimentos de libertação no Zimbábue e na vizinhança. E no início dos 90, qualquer resistência ao neoliberalismo era interpretada como ruptura do “pacto” e capaz de afundar as negociações em curso na África do Sul, baseadas no mesmo princípio de “reconciliação”. No final da década, a situação sócio-política no Zimbábue se tornou explosiva e a mobilização se radicalizou, tanto fora quanto dentro do partido. Quanto mais avançava um movimento sindical “pro-democracia”, aliado ao discurso ocidental da “boa governança” contra a “corrupção” e ao “autoritarismo” do nacionalismo, tanto mais se re-radicalizava o próprio nacionalismo. Foi assim que

eventualmente, pela escalada das contradições, se consolidou um movimento de massa no campo, liderado pelos veteranos da guerra de libertação, que resolveu pôr fim a essa estória toda. Mas nunca foi uma “guerra de raças”, pelo menos por parte do movimento de libertação. Entre os 4.500 fazendeiros que controlavam a metade das terras agrícolas – a melhor metade –, os que aceitaram negociar a redução das suas propriedades foram permitidos a continuar os seus negócios em paz – hoje, 600 fazendeiros de origem europeia permanecem nos seus lares. Mas a maioria dos fazendeiros resistiu e optou por apelar ao Ocidente e mobilizar preconceito racial e sanções econômicas. Quem fez “guerra de raças” foram eles, não o movimento de libertação.

6 Esta experiência da reforma agrária no Zimbábue é uma referência para outros grupos de esquerda na África atual?

O Zimbábue é de fato a vanguarda da África. A opinião pública africana, que não se convence do papo da grande mídia, reconhece que o Zimbábue é o país que mais defende o Pan-Africanismo e que mais teve coragem de enfrentar o grande capital e a dominação ocidental. Isso explica por que o Chefe de Estado africano mais aplaudido em visitas a outros países africanos é o Cda. Robert Mugabe, algo que ficou claríssimo no recente memorial do Cda. Nelson Mandela, quando o estádio inteiro se levantou para saudá-lo. Mas tudo isso não quer dizer que a “esquerda” na África reconhece os avanços feitos no Zimbábue. De fato, a esquerda se dividiu – como se fez também aqui na América Latina com relação ao chavismo – entre a esquerda nacionalista e esquerda “democrática”, “moderna” e “internacionalista”. A última acabou prevalecendo, mas cada vez mais a luta ideológica está se revertendo, decorrente tanto das pesquisas de campo que mostram por unanimidade o grande sucesso da reforma agrária, quanto da re-radicalização incipiente do nacionalismo na África do Sul, que vê no Zimbábue a possibilidade de superar a sua própria “reconciliação” unilateral.

7 Fale um pouco da revista *Agrarian South*, que o sr. é editor. Ao que parece, ela é a primeira revista tricontinental na área de ciências humanas. No sentido de que possui editores nos três continentes. É isto mesmo?

Um dos resultados dos debates em torno do Zimbábue, sempre em sinergia com outras iniciativas Pan-Africanistas e Sul-Sul, foi a consolidação de uma rede Sul-Sul de pesquisadores em estudos agrários, com sede no Instituto Africano de Estudos Agrários

(AIAS), em Harare (Zimbábue), sob a liderança do Prof. Sam Moyo. A rede já publicou vários livros de caráter Sul-Sul e outros mais focados em assuntos africanos e também fundou uma “Escola de Verão” que reúne a rede de pesquisadores, a *Agrarian South Network*, junto com representantes de movimentos sociais, todo janeiro em Harare. A Escola de Verão é a alma da rede, o lugar onde se apresentam pesquisas nos três continentes e se fazem debates intensos sobre os caminhos e descaminhos do mundo. Toda essa dinâmica, durante uma década inteira, estabeleceu laços estreitos, pessoais e profissionais, que resultaram na criação da revista *Agrarian South: Journal of Political Economy*, em 2012. Ela é a primeira revista Sul-Sul e tri-continental das ciências sociais, no sentido de a sua equipe editorial ser representada por pesquisadores dos três continentes – África, Ásia e América Latina. A revista é publicada pela editora Sage-Índia, em Nova Déli. Trata-se de um esforço enorme, mas agora já está em pé, levando para frente, de modo sistemático, um novo diálogo Sul-Sul.

8 Você pode explicar mais detalhadamente sua visão sobre este “novo” diálogo Sul-Sul? Em que sentido ele é “novo” em relação ao diálogo de outrora, da época de Bandung (1955)?

O projeto de Bandung afundou nos anos 70, a partir da crise da dívida do Terceiro Mundo que levou cada país a negociar a sua dívida individualmente. Foi um grande retrocesso histórico. Obviamente, já existiam divergências, estruturais e ideológicas, que dificultavam uma ação coletiva mais consequente. Também, a América Latina não participou efetivamente do projeto de Bandung, com a exceção de Cuba e do Caribe. Mais recentemente, se iniciou uma nova aproximação Sul-Sul, bem diferente em sua estrutura e base material. Trata-se de uma aproximação primeiramente econômica e secundariamente ideológica, liderada principalmente pela China e incluindo agora a América Latina. O novo diálogo tem novas assimetrias e contradições, mas apresenta uma oportunidade inédita de estreitar relações e disputar ideias e políticas em escala global. No fundo, o objetivo continua o mesmo: a superação de 500 anos de dominação europeia e a construção de uma civilização global equitativa, justa e sustentável.

9 Qual a importância específica que a África e os intelectuais africanos têm para este diálogo Sul-Sul, antes e hoje?

Durante todo esse recuo dos anos 70 para cá, quem mais manteve acesa a luz da colaboração Sul-Sul foram os intelectuais africanos, em particular os pesquisadores ligados ao CODESRIA (Conselho Africano para o Desenvolvimento de Pesquisa nas Ciências Sociais em África), e outros centros aliados, que continuaram a lutar pela ideia da solidariedade Sul-Sul. É algo pouco reconhecido, especialmente pelos novos ingressantes no diálogo que reivindicam papéis de liderança. Nesse sentido, não é por acaso que a primeira revista tri-continental das Ciências Sociais, a *Agrarian South*, nasceu na África. É a única região que estava preparada para isso.

- 10 No Brasil, há ainda um grande desconhecimento destes e outros assuntos referentes à África contemporânea. Hoje, graças à lei 10.639, conhecemos um pouco mais da história da África. Ainda é pouco, em verdade. Mas talvez seja mais do que sabemos sobre a África atual, em suas variadas esferas. O sr. não acha que está na hora de incluir seriamente o estudo da África em outros campos de conhecimento no ensino superior, para além dos Departamentos de História? Por exemplo: Relações Internacionais, Artes, Filosofia, Ciência Política, Sociologia, Economia?**

Com certeza, temos ainda muito trabalho a fazer. O eurocentrismo permeia e domina todas as Ciências Sociais, não apenas a História. Inclusive, acho que seria um erro grave botar todo o peso nas costas da História, à custa do estudo da África contemporânea e das suas questões econômicas, políticas e sociais, como se o racismo fosse algo do passado e não do presente. A historiografia e o ensino da História, para cumprirem as suas funções fundamentais para todas as Ciências Sociais, têm que buscar uma sinergia sistemática com o estudo do presente e dos desafios atuais, senão acabam se enfraquecendo e até perdendo o seu caminho.

- 11 Como sabe, há um debate hoje sobre a participação atual do Brasil na África. Em particular, no campo econômico. Alguns acreditam que ela é positiva, outros que é negativa; como sempre, dependendo da perspectiva de que se olha. Você teria uma opinião formada sobre o assunto, ou acha que ainda é cedo para isso?**

Alguns acham que é positiva e outros negativa precisamente por que a expansão brasileira é profundamente contraditória, esquizofrênica. Também está em transição, provavelmente para o pior, mas temos que continuar a analisá-la. De qualquer forma, não se pode esperar

muito de uma aproximação liderada pelos grandes grupos empresariais, nem se pode assemelhá-la a um “novo colonialismo” – o Brasil não tem estrutura econômica e militar para isso, embora tenha a ideologia racista enraizada em sua narrativa nacional. No máximo, podemos falar de um novo subimperialismo, mas o termo também é extremamente abusado e mobilizado por gente que nem sequer faz o esforço de entender o imperialismo. No final das contas, a análise do imperialismo atual precisa de um esforço coletivo, sistemático e Sul-Sul, para termos um resultado contínuo, rigoroso e responsável.